

“AMAZÔNIA”: ENTRE SEMANTISMOS DA CULTURA LOCAL E DA CULTURA GLOBAL

“AMAZÔNIA”: BETWEEN SEMANTISMS OF LOCAL CULTURE AND GLOBAL CULTURE

Laécio Fernandes OLIVEIRA¹
Linduarte Pereira RODRIGUES²

Resumo: A ideia de cultura como lugar de estabilização e normatização é desconstruída por Bauman (2012). À cultura cabe o acolhimento da mudança resultante do embate de forças que ora tentam preservar ora flexibilizar. Este movimento aponta para o que Bhabha (1998) nomeou de um lugar fronteiro, onde tudo acontece. Este contexto referencia o mundo global, com fronteiras porosas, e sua heterogeneidade cultural. Assim, o artigo objetiva evidenciar, a partir dos estudos linguísticos, semântico-culturais de Ferrarezi Jr. (2013), como a Amazônia, Floresta Tropical, apresenta-se, por meio de uma dimensão linguística e extralinguística, como elemento de tensão entre a cultura local e a cultura global. Para tanto, investe numa análise semântico-cultural de dois textos publicitários que expõem uma concepção de cultura e globalização ao modo de Bauman (2012) e Santos (1998), demonstrando a Amazônia, enquanto elemento polarizado pelo embate de forças locais e globais, que eleva ao centro da discussão a Soberania do Povo Brasileiro e a fragilização de Direitos Humanos da diversidade de povos e culturas locais.

Palavras-chave: Cultura. Semântica. Amazônia. Globalização.

Abstract: The idea of culture as a place of stabilization and normalization is deconstructed by Bauman (2012). It is up to culture to embrace the change resulting from the clash of forces that sometimes try to preserve and sometimes make it more flexible. This movement points to what Bhabha (1998) called a frontier place, where everything happens. This context refers to the global world, with porous borders and cultural heterogeneity. Thus, the article shows, from the linguistic, semantic-cultural

1 Doutorando da UEPB – Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: lfoliveira.36@gmail.com

2 Docente da UEPB – Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: linduartepr@gmail.com

studies of Ferrarezi Jr. (2013), how the Amazon/Tropical Forest presents itself, through a linguistic and extralinguistic dimension, as an element of tension between local culture and global culture. In order to do so, it invests in a semantic-cultural analysis of two advertising texts that expose a conception of culture and globalization in the way of Bauman (2012) and Santos (1998), demonstrating the Amazon as an element polarized by the clash of local and global forces, which elevates to the center of the discussion the Sovereignty of the Brazilian People and the weakening of Human Rights of the diversity of peoples and local cultures.

Keywords: Culture. Semantics. Amazon. Globalization.

| Introdução

Um dos maiores desafios das nações, na atualidade, é coexistirem pacificamente. A ideia de aldeia global, implantada na consciência coletiva e sustentada numa lógica de acesso generalizado aos bens culturais produzidos pela humanidade, torna-se, segundo Santos (1998), uma falácia, uma ideia moldada pelo sistema hegemônico, imperialista, que opera sob a égide do grande capital estruturado no seio das grandes guerras. Essa estrutura funciona como base de um ideal de desenvolvimento condicionado à flexibilização de fronteiras físicas e virtuais, com objetivos claros de comercialização e lucro, tornando os grandes centros urbanos consumidores potenciais e caldeirões efervescentes de diversidade cultural e desigualdades sociais. Estas características do fenômeno global, impostas ao mundo, fragilizam nacionalidades e negam direitos universais.

Este fenômeno se torna popular no período moderno, no contexto das navegações marítimas, quando o homem transpunha os mares com o objetivo de comercializar, nas cidades mais populosas, bens e produtos. Neste cenário, a colonização, a dominação e a subjugação de um povo, de início, passa pela ocupação, exploração e divisão de riquezas territoriais, a exemplo do que ocorreu com os indígenas brasileiros sob o olhar português, que tomamos como referência, visto que a colonização ocorreu de diversos modos nos distintos territórios³ da América Latina. Conforme Silva (2002), há um massacre brutal até que se chegue à subjugação cultural (imposição linguística, religiosa, por exemplo) dos sobreviventes, como estratégias para solidificação da conquista. Processo que, para Santos (1998), apresenta-se como um sistema rudimentar, pautado na violência, com vistas à conquista política e à expansão territorial, por meio de uma estrutura fragmentada.

3 Situamo-nos no território brasileiro com foco nos contextos e cenários voltados para Amazônia, que passou a ser nomeada na contemporaneidade de "Amazônia internacional", geograficamente, situada numa área ao norte da América do Sul, a qual abrange nove países: Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

Já na atualidade, o diferencial é a manutenção de uma estrutura homogênea e hegemônica de poderes político-econômicos fortalecida no/pelo poder intelectual que, embora funcione a partir de uma estrutura (global-local), inversa à pré-modernidade, mantém com ela semelhanças, tendo em vista que nações, político-econômica e intelectualmente, pertencentes a uma ordem hegemônica, fazem uso de uma dinâmica imperativa do linguístico-cultural, impondo-se sobre países subdesenvolvidos. Fato que evidencia o fenômeno das culturas híbridas, ocasionando embate entre o elemento local e o elemento estrangeiro, através de um movimento dialético que origina o elemento fronteiro/híbrido (BHABHA, 1998).

As complexas relações do mundo global levam-nos a pensar o espaço/território geográfico numa perspectiva crítico-política ou geopolítica, como meio social de atuação do homem, que passa a refletir nas materialidades discursivas suas relações/tensões socioculturais, entre os eixos – nacionais e internacionais – e seus interesses. Outrossim, pensar os lugares (ser brasileiro e/ou ser estrangeiro) e as posições aí ocupadas. A linguagem, na perspectiva das línguas naturais e enquanto instância sociopolítica de constituição e atuação do homem no mundo, apresenta-se como lugar de visualização e análise dessas relações.

Deste contexto, consideramos a problemática da construção semântico-cultural em torno do termo Amazônia, compreendendo-o como espaço linguístico de embate cultural e de suas respectivas significâncias políticas e territoriais, mediante a imagem de mundo global com fronteiras porosas e culturalmente heterogêneo. Assim, objetivamos evidenciar como a Amazônia, Floresta Tropical, constitui-se, por meio de uma dimensão linguística e extralinguística, um elemento de tensão entre a cultura local e a cultura global. Para tanto, desenvolvemos uma análise semântico-cultural de dois textos publicitários, com circulação em suportes digitais, cuja leitura evidenciou a Amazônia sob uma polarização e embate de forças locais e globais, elevando ao centro da discussão a soberania do povo brasileiro e a fragilização dos direitos humanos da diversidade de povos e culturas locais.

Deu suporte teórico à leitura os estudos sobre o conceito de cultura (BAUMAN, 2012) em diálogo com o entendimento de território transnacionalizado e de globalização (SANTOS, 1998), correlacionados ao entendimento de fronteira (BHABHA, 1998) e aos estudos sobre Semântica Cultural (FERRAREZI JR., 2013), que nos permitiram visualizar fenômenos semânticos, situados em contextos e cenários, resultantes das práticas sociais humanas, culturalmente determinados na/pela representação de mundos e seus eventos. E à medida que buscam apresentar a Amazônia/Brasil ao americano/europeu, destacando potencialidades econômicas, ao mesmo tempo, promovem a fragilidade e a submissão do local/nacional em detrimento do global/internacional, mediante eventos como as queimadas anuais na Amazônia.

| Globalização, Cultura e Território Transnacionalizado

Neste ponto do artigo, situaremos o conceito de globalização, a partir do desenvolvimento industrial e suas etapas, passando pelo momento tecnológico e suas influências para estruturação e desenvolvimento de um pensar global, campo propício ao conceito de cultura desenvolvido por Bauman (2012), que nos condiciona a pensar a transnacionalidade e estabelecer uma ligação teórica com o conceito de fronteira (BHABHA, 1998).

O que conhecemos como processo violento de colonização deu início ao desenvolvimento da ideia de mundo contemporâneo que vislumbra uma convivência pacífica entre nações e a fictícia homogeneidade política/cultural, destoante da diversidade de povos e seus limites territoriais. Todavia, a história tem comprovado o quão difícil é a propagação e manutenção dessa convivência harmoniosa. O mundo, enquanto materialidade histórica, evidencia-se como ambiente conflituoso, pela atuação de forças antagônicas proporcionadoras de eventos de horror que inspiram pelo suplício que infligem. Serve-nos de referência o acontecimento da segunda guerra mundial, no século XIX, e todo horror causado, presente no imaginário coletivo.

Nesse período, os países Alemanha, França, Itália e EUA, protagonistas da grande guerra, vivenciavam a segunda fase da revolução industrial. Causa de grandes mudanças na estrutura sociopolítica e econômica e no modo de vida das sociedades. Esta fase impulsionou o sistema capitalista, o aumento do fluxo de mercadorias e pessoas. No século XX, a industrialização ganha grande proporção mundial e passa a ser conhecida como revolução tecnocientífica, visto que áreas como biotecnologia e robótica se tornaram realidade. Avanços na genética, dentre outras áreas, transformaram o modo de produção, impactando as relações sociais, o modo de vida e o espaço geográfico.

O século XXI, com o aparato da IV revolução ou indústria 4.0, ou “a fábrica inteligente”, segundo o alemão Klaus Schwab (2018), autor do livro *A quarta revolução industrial*, inaugura uma nova era. De acordo com exposição do site *Starte*, os limites tecnológicos deste século extrapolam o universo da nanotecnologia, neurotecnologia e inteligência artificial. A promoção, o avanço e a convergência de áreas científicas apontam para a potencialização do fenômeno da globalização, cuja essência, afirma Santos (1998), é a diminuição das distâncias e do tempo, conectando pessoas e lugares, com transmissão instantânea de informações e superação das barreiras socioculturais e de localização geográfica. Assim está em curso a implantação do pensamento político-cultural de mundo global, que se contrapõe a um mundo essencialmente heterogêneo, pela coexistência de povos e suas etnias, caracterizados pelas múltiplas relações que desempenham.

É neste contexto que está situada a obra *Ensaio sobre o conceito de cultura* do sociólogo Bauman (2012), em que se reflete sobre a complexidade da cultura como fenômeno

atravessado, sistematicamente, por movimentos semânticos. Influenciado por Lévi-Strauss, o sociólogo postula que o par metodológico sincronia – diacronia, aplicado pelos estudos culturais como opostos, formulado outrora por Ferdinand de Saussure no âmbito dos estudos linguísticos, como processos históricos pelos quais é possível observar alterações nas estruturas das línguas – configura um reflexo metodológico dos opostos continuidade/descontinuidade, não como elementos de oposição, mas complementares – um *continuum* – contrário à horizontalidade sincrônica do “agora”, e está sujeito a forças antagônicas (BAUMAN, 2012).

Nesta perspectiva e frente à difícil tarefa de conceituar a cultura, estudiosos de diversas áreas elaboraram definições descritivas, históricas, normativas, psicológicas, estruturais e genéticas. Contudo, para Bauman (2012), quem mais se aproximou foram os sociólogos e antropólogos com a conhecida ideia de cultura ligada aos valores, e cultura neutra em relação aos referidos valores socioculturais. Esta última, concepção passageira, comprometida com os valores, foi a que conquistou empatia entre as teorias sociais. Entretanto, à cultura é inerente um universo discursivo perpassado por diversas áreas, que envolvem desde aspectos cognitivos a aspectos institucionais, e reduzi-los à dicotomia da aquisição hereditária ou atribuí-los aos processos de refinamentos ou falhas educacionais seria perda de tempo, assim como tentar preencher o abismo semântico entre eles, unindo-os numa só definição (BAUMAN, 2012).

O termo *cultura*, segundo o estudioso, está imerso no campo da natureza filosófica do significado, que pode ser entendido a partir do uso, conforme suas várias teorias, “minha opção é pela teoria do uso, ou seja, aquela que tenta elucidar o significado de elementos linguísticos semanticamente carregados pelo estudo dos locais em que aparecem tanto na dimensão paradigmática quanto na sintagmática” (BAUMAN, 2012, p. 53). Desse modo, o sociólogo postula que o termo cultura está imerso em três universos discursivos distintos, porém não separados. Vejamos:

Em cada um dos três contextos, ele organiza um campo semântico diverso, singulariza e denota diferentes classes de objetos, põe em relevo diferentes aspectos dos membros dessas classes, sugere diferentes conjuntos de questões cognitivas e estratégias de pesquisa. Isso significa que, em cada caso, o termo, embora mantendo intacta sua forma, conota um conceito diverso. Há um só termo, porém três conceitos distintos. É possível apontar numerosos pontos de contato comuns aos três campos. (BAUMAN, 2012, p. 55).

O primeiro campo discursivo apontado pelo sociólogo traz a noção hierárquica de cultura cuja origem encontra-se na Grécia, atravessa todo período histórico e atinge o mundo ocidental. Nesta concepção, a cultura determina características do ser humano e pode ser adquirida ou herdada; sua efetivação dar-se-ia por meio da ação consciente e prolongada com foco num “estado ideal”. No mundo moderno, de acordo com o estudioso, a cultura hierárquica é ressignificada em prol dos intelectuais, que passam a propagar a cultura como elemento singular capaz de conduzir à ascensão

social, mas, também, voltar-se para o que seja útil à coletividade. Assim, diz o autor, a educação seguida do dinheiro é “o atributo inexorável do conceito hierárquico de cultura” (BAUMAN, 2012, p. 56), uma condição humana elevada a ser alcançada. Neste estágio fica-se impossibilitado de falar em “culturas”, o termo mais apropriado é cultura.

O segundo campo discursivo – cultura enquanto conceito diferencial – é usado para “explicar as diferenças visíveis entre comunidades de pessoas (temporária, ecológica ou, socialmente, discriminadas)” (BAUMAN, 2012, p. 63). Este conceito, originário das ciências sociais, é utilizado para invalidar possíveis resquícios de solidez ou particularidades desviantes que não podem “dar conta de regularidades que, de outro modo, seriam universais e onipotentes (onde ele compartilha a função que lhe é atribuída com ideias, tradição, experiência de vida etc.)” (BAUMAN, 2012, p. 63). Nesta noção de cultura, a preocupação é observar as diferenças existentes entre os diversos grupos sociais e qualificá-los. Sob a ótica do sociólogo, esta noção é essencialmente das sociedades modernas, mesmo mantendo resquícios da cultura hierárquica, em que intelectuais/ antropólogos utilizavam-se do diferencial para apontar outros núcleos sociais.

Rodrigues (2009) parte desta visão para demonstrar como, na contemporaneidade (auxiliados pelas ciências Filosofia, Sociologia e Antropologia), ainda não encontramos um equilíbrio acerca de uma definição mais precisa sobre cultura. Nas palavras dele:

Com a filosofia passou-se a distinguir uma cultura alta de uma cultura baixa, [...] passou-se a apontar as diferenças que ‘marcavam’ uma cultura da elite, clássica, da dos subalternos, vulgar. Dessa forma, concluía-se que a cultura era um bem adquirido com estudo e investimentos materiais que nem todos tinham e têm acesso. O assustador é que as práticas de vida, reconhecidas como de culturas almeçadas, seriam aquelas advindas de uma classe social superior, erudita, dominante, descrita como alta cultura. [...] Para a sociologia, não existem culturas superiores e nem culturas inferiores, pois o bem cultural é algo relativo, diz respeito às diferentes maneiras de se vestir, agir, crer, a partir de valores e normas diversas. Pela antropologia foi possível enxergar a cultura como a totalidade dos padrões apreendidos e desenvolvidos pelo curso da humanidade na história. Daí a etnologia propôs a cultura como o complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade. Assim sendo, cultura passa a figurar como formas de organizações dos povos, seus costumes e tradições, transmitidas de geração para geração, a partir de uma vivência e de uma tradição comum, longe de julgamentos de melhor ou pior forma de contexto de atuação social. (RODRIGUES, 2009, p. 2).

Como percebido, para o autor, cultura é mais abrangente, perdendo seu aspecto particular, tornando-se responsável por condições sociais de existencialidade (Etnias, Ambientais e Econômicas) e engloba questões sobrenaturais/divinas, também influenciadoras do cultural, mas que ainda não são consideradas por boa parte dos

pesquisadores que atuam nos estudos socioculturais, mesmo que a cultura seja condicionante na formação humana. Nesta perspectiva, de acordo com Bauman (2012), a atenção não é para entender as misturas culturais, mas se voltar para justificar a autoidentidade das sociedades e reafirmar a ideia de que o contato com o outro não é positivo nem buscado. Por conseguinte, diz o sociólogo:

Se a noção hierárquica de cultura coloca em evidência a oposição entre formas de cultura 'requintadas' e 'grosseiras', assim como a ponte educacional entre elas; se a noção diferencial de cultura é ao mesmo tempo um produto e um sustentáculo da preocupação com as oposições incontáveis e infinitamente multiplicáveis entre os modos de vida dos vários grupos humanos – a noção genérica é construída em torno da dicotomia mundo humano – mundo natural; [...] a distinção entre '*actus hominis*' (o que acontece ao homem) e '*actus humani*' (o que o homem faz). O conceito genérico tem a ver com os atributos que unem a espécie humana ao distingui-la de tudo o mais. Em outras palavras, o conceito genérico de cultura tem a ver com as fronteiras do homem e do humano. (BAUMAN, 2012, p. 80).

Na terceira noção de cultura, buscam-se aspectos singulares da humanidade distintos de outros seres vivos, e a cultura enquanto produção e acesso por meio de símbolos, que possibilitam a vida social; já sua sobrevivência é condição universal do homem. Portanto, a cultura é condição de existência da vida social e a linguagem é seu sustentáculo universal. Neste universo, Bauman (2012) desenvolve relações discursivas pautado nas ciências (Antropologia, Semiótica, Sociologia), sendo influenciado por estudiosos e áreas distintas, gerando uma dinâmica teia discursiva na qual muitos pontos evidenciam a complexidade do termo cultura e a busca por conceituá-lo. Proporcional é a clareza das suas descrições, como a que reproduzimos a seguir, sobre a noção do conceito genérico de cultura, em que o estudioso é influenciado por Piaget acerca da singularidade do homem, que pode "transformar-se transformando o mundo, e estruturar-se construindo estruturas; e essas estruturas são dele mesmo, uma vez que não são para sempre predestinadas a partir de dentro ou de fora" (BAUMAN, 2012, p. 90).

Nesta perspectiva, Santos (1998) adverte sobre a importância das sociedades globais, frente ao fenômeno da globalização, refletirem sobre o território, espaço fragmentado e instância transnacionalizada, mergulhada na imaterialidade, como uma característica da transitoriedade deste tempo. Aspecto que tem impedido a compreendê-lo como materialidade das vivências humanas. Pensá-lo sob esta ótica é refleti-lo a partir dos conflitos entre o local e o global, reconhecendo novas estruturas: horizontalidades, verticalidades, espaço banal e em redes.

O território são formas, mas o território usado são formas e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez, posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado temos a fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez,

e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 1998, p. 16).

Deste ponto, defronta-se uma “dialética do território, das geografias das desigualdades produzidas pelo sistema-mundo” (SANTOS, 1998, p. 11), que evidenciam o território numa dimensão histórico-processual-global, fragmentada pela ruptura dos laços territoriais e políticos locais, na busca por novas fronteiras, novos Estados – ou Estado Nação – com fragilização do espaço nacional. Isto é, o mundo pós-moderno é comandado pela noção de território-transnacional, de modo que o local se torna espaço/abrigo de todos e o transnacional é racionalizado, de interesse do capital e lugar de atuação de forte conteúdo ideológico que se impõe ao local, tornando-o um mero servidor, produzindo e acentuando desigualdades socioespaciais (SANTOS, 1998).

Para o geógrafo, nesta estrutura moderna, as horizontalidades estão para vizinhanças, lugares interligados pelas proximidades territoriais; já as verticalidades estão para todos os pontos distantes uns dos outros, interligados pelas diversas relações ou processos sociais que nos conduzem à noção de redes, justificando a noção de verticalidade. Para Santos (1998), as redes configuram um espaço singular, espaço de uns, sendo urgente pensar a ideia de espaço banal, um espaço de todos ou todo o espaço – essa é a estrutura atual do mundo, explica o autor, com lugares adjacentes e em redes, e estes lugares formadores das redes, também, formam o espaço banal: são os mesmos lugares, contudo funcionam de modo diferente, podendo ser até divergentes, opostos. Entretanto, suas ações são simultâneas, diz o estudioso, e possibilita eventos solidários, mesmo diante da diversidade de pessoas, das relações que estabelecem e dos lugares. Seu funcionamento dá-se pela racionalidade de mercado mundial, cujos agentes (governos, organizações, universidades etc.), financiados pelo forte capital, fundamentam uma globalização maléfica, promovendo ataques práticos, ideológicos ao Estado Territorial. Este estado ideológico, criado pelo mercado, estimula um imaginário coletivo de mercado das coisas, até mesmo da natureza, ideias, ciência, informação e da política; sustentado na ideia democrática de mercado e do neoliberalismo, pautado num ideal de território compartilhado (SANTOS, 1998).

Sob essa ótica, a tendência é uma união verticalizada dos lugares, pois, com frequência, criam-se fundos internacionais para os países subdesenvolvidos, estimulando as redes em nome do grande capital; de modo que os lugares devem se unir horizontalmente e reconstruir uma base de vida singular passível de criar normas locais e regionais. Isto pode ser feito graças à ciência, às tecnologias da informação, demonstrando forças que ora unificam, em outras situações, ora possibilitam o fragmentado. Assim, a verticalidade atende a uma democracia de mercado, em que o “território é suporte das redes que veiculam regras e normas utilitárias “que atendem à manutenção de forças etnocêntricas, condicionando a horizontalidade à limitação destas forças e à totalidade dos atores. A este modo, o território, em suas dimensões, materializa conflitos entre mercados, que tendem a unificá-los; já a sociedade civil tende a generalizá-los (SANTOS, 1998).

Este trabalho entre forças antagônicas, para Bauman (2012), coloca a cultura na difícil tarefa de evidenciar fronteiras criadas como resultado da imposição de forças e à contraposição emergente das periferias invisíveis das sociedades e, pensando numa cultura global impulsionada por forças hegemônicas, entre nacionais e estrangeiros com território transnacionalizado, numa perspectiva geopolítica, destacam-se a Antropologia, a Sociologia com a difícil tarefa de elaborar métodos/teorias que evidenciem a cultura para além do singular.

[...] os particularistas, pluralistas ou humanistas extremados, ou ainda os relativistas radicais, têm insistido na singularidade de cada cultura – seja em referência a seu espírito, feição, configuração, estilo, padrão, e assim por diante, seja pela ênfase no evidente, de que ‘não há duas culturas exatamente iguais’. (BAUMAN, 2012, p. 76).

Entretanto, demonstram o diálogo entre diversas culturas, seus hibridismos, suas continuidades e descontinuidades, sua constante mudança. Para o sociólogo, há uma origem cultural que é constantemente alimentada por outros elementos que compõem sua matriz. O exemplo a ser seguido é o dos estudos linguísticos, pois não há hesitação ao uso do termo “linguagens” no plural, sua verificação é simples fato, sua pluralidade é uma realidade, como que cada linguagem se constitui distinta, definidamente. Infelizmente, isto ainda não ocorre com as culturas (BAUMAN, 2012, p. 75).

Um trabalho que orienta neste sentido é o do indiano Bhabha (1998). Em *O local da cultura*, o autor apresenta uma escritura de um lugar fronteiriço, movente, de onde surge o discurso híbrido. Já na introdução, fala pelas palavras de Heidegger: “Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente” (BHABHA, 1998, p. 19). Neste lugar fronteiriço é que se deve observar o *continuum* entre presente e passado, as margens entre as descontinuidades/continuidades, reflexo dos pares metodológicos sincronia/diacronia, mencionados por Bauman (2012).

Bhabha (1998, p. 19) alerta que, embora tenhamos atribuído à cultura o lugar do “além” e, por isto, somos tão afeiçoados ao prefixo “pós” (pós-colonialismo, pós-modernismo etc.); este lugar utópico não pode ser eixo isolado, sem conexão com o passado. Entre as polaridades, claro e escuro, existe o ponto que marca a ausência, não na totalidade, mas de um e início do outro, uma transição que segue uma escala de *continuum* e *descontinuum*.

Inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos no meio do século, mas, este *fin de siècle*, encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. (BHABHA, 1998, p. 19).

Processo que, segundo o autor, dá-se por uma desorientação, um desajuste de caminho, no “além” – movimento que não cessa e que é bem caracterizado pelos pares adverbiais de lugar (“aqui; lá”); nas múltiplas direções, “para lá e para cá”; “para frente e para trás”. Um movimento dinâmico por meio do qual se constituiu um distanciamento das concepções particulares de “classe” e/ou “gênero” enquanto núcleo de organização primária, originando posicionamentos de sujeitos mais cientes quanto às realidades étnicas; de gênero; de gerações; das institucionalizações; da localidade geopolítica e das questões da sexualidade – que condicionam as identidades no mundo contemporâneo (BHABHA, 1998, p. 20). Este movimento dá condições a pensar os espaços/territórios enquanto instâncias discursivas político-culturais.

Nesta perspectiva geopolítica, é propício pensar as posições – nacional e estrangeiro – pautado nos movimentos e processos produzidos a partir das diferenças culturais. Conforme Bhabha (1998, p. 20), esses “entre lugares” geram as condições para manifestações subjetivas – singular ou coletiva – propícias à constituição de novas identidades e estruturação da ideia de sociedade. Segundo o indiano, esse processo envolve questões sociais complexas e intercâmbios de valores que nem sempre ocorrem de modo dialógico e coparticipativo, mas antagônico, permeado de conflitos sempre emergentes à força da linguagem.

Oliveira e Rodrigues (2018), em *Cultura e linguagem: da dialética de classes*, concordam e reforçam acerca deste aspecto. Em *A leitura nas culturas híbridas: ação de linguagem e multimodalidade*, eles explicam que linguagem e cultura são estruturas universais condicionadas ao humano (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019), aquela como geradora de signos que, através das práticas sociais, condiciona esta e, por meio de um movimento multidirecional, é produto do homem e ao mesmo tempo o produz. Fato que autoriza a reflexão seguinte, no âmbito da Semântica Cultural, expondo semantismos (local/global) entorno do lugar-símbolo “Amazônia”.

| “Amazônia”: à luz da Semântica Cultural

A Semântica Cultural – doravante SC – é definida como linha de estudo Linguístico-Semântico que investiga “a relação entre os sentidos atribuídos às palavras ou demais expressões de uma língua e a cultura em que essa língua está inserida” (FERRAREZI JR., 2013, p. 71). A SC ocupa-se da construção e da concessão dos sentidos fruto do diálogo entre a língua do falante e sua respectiva cultura. Estudos nesta linha de investigação ganham força no século XX, com destaque nas duas últimas décadas, recuperando um dos exemplos citados pelo linguista, no eixo filosófico russo, o “Círculo de Bakhtin”, na década de 30, que se dedicava às relações entre língua natural e cultura. Diante disso, gostaríamos de sinalizar que o diálogo que a Linguística e suas vertentes têm construído com outras ciências (Antropologia, Sociologia, Filosofia etc.) vêm possibilitando uma ampliação do olhar sobre os fenômenos da linguagem e sua íntima relação com os estudos culturais (RODRIGUES, 2009, 2017).

Com o advento computacional e aparato tecnológico, em desenvolvimento, houve maior destaque e percepção para as relações entre língua e cultura. Ferrarezi Jr. (2013) destaca a dificuldade de traduzir, no universo computacional e, contemporaneamente, em rede, de encontrar a tradução de palavras/enunciados com sentidos aproximados no universo cultural de línguas distintas, principalmente quando se evidencia o aspecto convencional das línguas naturais, com maior complexidade e abrangência dos fatos linguísticos, frente a uma visão lógica e/ou estritamente estrutural. Assim, no contexto do século XXI, a Linguística abrange diversas correntes teóricas, que ampliam sua visão sobre os fenômenos da linguagem, graças ao diálogo com outras áreas das ciências sociais e humanas. Consonante com o autor, o maior ganho, fruto deste diálogo, é a percepção de língua natural, além da herança ou sistematização de regras gramaticais. Com isso, adquiriu-se um saber científico na língua, tanto sobre a influência das línguas naturais na organização e visão do mundo pelos falantes, quanto na forma de registro e constituição de saberes culturais; permitindo maior aceitação de explicações fundadas em bases culturais, como a SC com grande capacidade de análise descritiva das línguas naturais (FERRAREZI JR., 2013).

Como princípio teórico, a SC adota o conceito de língua natural que norteia a abordagem do objeto em estudo a partir da Semântica de Contextos e Cenários, que entende a língua natural como um "sistema socializado e culturalmente determinado de representação de mundos e seus eventos" (FERRAREZI JR., 2013, p. 74). Ao cerne desta conceituação, o semanticista afirma que estão intrínsecos aspectos singulares ao objeto, tais como: sistema (aspectos estruturo-funcionais); algo socializado (aspectos sociolinguísticos); algo culturalmente determinado (aspectos antro-po-culturais); forma de representação (aspectos semântico-pragmáticos); e de mundos e seus eventos (aspectos referenciais e criacionais) como criamos nossos mundos a partir da relação linguagem e pensamento.

Sob este prisma, a língua é um sistema que se "alimenta e retroalimenta" das relações que o homem estabelece nos mundos real e imaginário, resultante na cultura entendida como qualquer edificação originária da mente do homem (material ou abstrata), com capacidade de representá-la. Por isso, língua, cultura e pensamento estão ciclicamente em funcionamento pela ação humana, e um estudo no cerne da SC busca o funcionamento da língua (do individual ao coletivo), por seus fatores internos e externos/convencionais e como influenciam a constituição de sentidos atribuídos às palavras e diversas construções linguísticas no/do cotidiano.

Nesta perspectiva, Ferrarezi Jr. (2013, p. 78) estabelece três níveis de constituição e atribuição de sentidos: o **sentido menor** (sentido literal, atribuído a um sinal, quando for possível identificá-lo, habitual-genericamente utilizado numa cultura); **sentido médio** (sentido atribuído a um sinal a partir de um contexto, com dimensão linguística ampliada, porém não totalmente completa/especializada); **sentido maior** (sentido totalmente especializado – tem sua dimensão linguística/contexto – inserido num cenário/dimensão de uso/extralinguístico/cultural). Estes três níveis de constituição e atribuição de sentidos serão explicados em seguida a partir da análise do termo –

Amazônia – comumente cercado de semanticismos culturais em âmbito publicitário internacional.

É unânime, num primeiro momento, ao se ouvir a pronúncia da palavra – Amazônia – pensar-se no sentido genérico estabelecido, linguístico-culturalmente, como a maior floresta equatorial do mundo, com maior parte localizada no Brasil, na região norte, e todos os elementos que lhes são inerentes (maior biodiversidade do planeta e extensão territorial, riquezas minerais e diversidade étnica de povos nativos). Evidentemente que o grau de conhecimento cultural sobre estes aspectos dependerá do nível intelectual e engajamento político do falante. Nestes termos, temos aí a dimensão do **sentido menor** estabelecida pela SC. Porém, frente a essa incalculável riqueza, outros sentidos circulam em torno da “Amazônia”, impulsionados por interesses econômicos e políticos, supostamente, em prol do desenvolvimento local/nacional.

Vale destacar que, por sua localização, extensão territorial e potencial econômico, a Amazônia desenvolve-se enquanto símbolo econômico, político e cultural. A região ganhou maior visibilidade com a instituição do termo Amazônia Legal, pela Lei n. 1.806, de 06/01/1953, revogada pela Lei n. 5.173, 27/10/1966, que definiu a delimitação geopolítica para fins de aplicação de políticas de soberania territorial e econômica para a promoção de seu desenvolvimento. Dados do Instituto Brasileiro de Estatística, doravante IBGE, referentes ao ano de 2019, vinculados ao portal Agência IBGE Notícias, confirmam a área territorial da Amazônia legal com 5.015.067,749 km², correspondendo a cerca de 58,9% do território brasileiro que é de 8.510.295,914 km², abrangendo um total de 772 municípios. Quanto à Amazônia internacional, alcança oito países, ao norte da América do Sul.

Logo, é possível pensar o território, geopoliticamente, de acordo com Santos (1998), refletindo-o a partir de relações sociopolítico-culturais, desenvolvidas em seu entorno, orquestradas à luz dos interesses de forças antagonicas, que põem em destaque resistências locais frente às pressões nacionais, geralmente, vinculadas a um sistema de poder hegemônico, internacional, funcionando por meio de uma lógica cultural hierárquica (BAUMAN, 2012). Neste contexto, situamos o **sentido médio** do signo – Amazônia – no âmbito da SC, tendo sua dimensão linguística ampliada sob o comando de alguns acontecimentos, descritos no parágrafo seguinte.

Alguns fatos históricos evidenciam este movimento semântico envolvendo a Amazônia, que vive sob a égide de uma lógica cultural etnocêntrica, implantada sobre o território brasileiro, desde a colonização, à luz imperialista, ressignificada pela modernidade e pela contemporaneidade. Conforme o *site* do IMAZON (2015) – Instituto do homem e meio ambiente da Amazônia, nos anos 1950, o governo Vargas, para promover o desenvolvimento da produção agropecuária e a integração da região à economia nacional, criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA – instituindo a Amazônia Legal, área que passou a englobar nove estados brasileiros, 61% de seu território; substituída pela Superintendência do Desenvolvimento

da Amazônia – SUDAM (em 1966) que, além do capital nacional, buscava investimentos internacionais. No governo Castelo Branco, também, houve inventos na Zona Franca de Manaus – área de livre comércio com isenção fiscal. Nos anos 70, o governo Médici põe em funcionamento o projeto rodovia – Transamazônica – fruto do plano de integração nacional e expansão de fronteiras econômicas, em prol do desenvolvimento local e sua colonização. Estrategicamente, esse projeto incentivou que nordestinos ocupassem áreas desabitadas. Sob o lema do nacionalismo sobre quaisquer interesses, o projeto mirava “resolver” dois dos problemas brasileiros: “o homem sem terra do nordeste e a terra sem homens na Amazônia”, discurso de Presidente em 1970 (YouTube, 2013).

Conforme reportagem realizada pela Globo News (em 03/02/2014) disponível no site G1.com, o projeto original Transamazônica visava interligar a “América do Sul de leste a oeste”, mas foi modificado para as “fronteiras do Brasil com o Peru”. Hoje, mesmo estagnada, a rodovia interliga os sete estados brasileiros (Paraíba, Ceará, Maranhão, Tocantins, Piauí, Pará e Amazonas). Em 2001, o governo de Fernando Henrique Cardoso, doravante – FHC – extinguiu a SUDAM e criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia, doravante – ADA – tornando-a uma autarquia responsável por orquestrar ações de desenvolvimento daquela região. Conquanto, em 2007, o governo Luiz Inácio Lula da Silva retorna com a SUDAM para gerenciar a Amazônia Legal. Segundo Magalhães (2015), no artigo intitulado *Amazônia Legal*, o termo Amazônia Legal é definido com base em critérios socioeconômico e políticos pelo governo brasileiro, que não deve ser confundido com Bioma Amazônia, que abrange toda extensão dos países por ele contemplado.

Não há de se obscurecer consequências de ações, neste nível, de impactos ambientais, nem menos reações e resistência dos povos locais. Logo, o termo – Amazônia – passa por um movimento semântico de ampliação de sua dimensão linguística, no contexto dos falantes, partindo da dimensão local, nacional, ganhando dimensão para além da floresta, que ganha identidade de região, sobrepondo-se à identidade de vários estados dos quais faz parte. Como exemplificação, podemos observar a publicidade do Banco da Amazônia no ano de 2016.

Figura 1 – Banco da Amazônia

Banco da Amazônia lança nova campanha de fim de ano

A campanha traz o conceito □A gente acredita na Amazônia Sustentável pra fazer o seu futuro feliz□.

Publicado em 14 de dezembro de 2016
por **Da Redação**



Fonte: <https://folhacapital.com.br/economia/banco-da-amazonia-lanca-nova-campanha-de-fim-de-ano/>

A publicidade circulou em mídias locais além das internacionais e, como informou à Folha Capital, a coordenadora de Publicidade – Ruth Helena Lima, “a campanha traz crianças” protagonistas, símbolo de alegria, esperança e qualidade de vida, na busca por uma imagem de um Banco parceiro do desenvolvimento amazônico, capaz de tornar “os sonhos de cada cidadão da Amazônia” possíveis de se realizar. Assim, percebe-se que a publicidade vende uma imagem do banco atrelada à Amazônia, enquanto região, ao mesmo tempo em que promove o apagamento da identidade do próprio estado do Amazonas e da cidade Manaus, onde mantém sua sede. Não por acaso, consta na história da instituição, iniciada na década de 60, o financiamento do ciclo da borracha e auxílio no desenvolvimento da Amazônia em suas várias fases, mantendo-se, em pleno século XXI, como instituição de capital misto, em grande parte, internacional, com interesse local. Assim, nota-se entorno da Amazônia, bem como de sua expressão linguística, o desenvolvimento de uma lógica cultural diferencial, típica das sociedades modernas, ao modo de Bauman (2012), em que aspectos identitários tornam-se “insignificantes” frente aos aspectos mais gerais como questões econômicas em pleno desenvolvimento industrial e capitalista, à luz de um poder global.

Imerso num sistema colonialista, o Brasil tem sua soberania, sistematicamente, fragilizada sob efeito de políticas neoliberais, e atualmente ultraliberais, típicas do sistema capitalista global, com aberturas violentas ao capital estrangeiro, ao modo do Banco da Amazônia. Marques, cientista política e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em entrevista ao jornal *on-line O Sul*, em 2019, destaca que, desde o período militar, existem temores sobre derrocada da soberania brasileira, em terras amazônicas, pautada no sistema colonial de demarcação de fronteiras, por meio do aliciamento de indígenas por estrangeiros. Segundo o jornal, os temores continuam fortes, pelo menos no discurso do atual Presidente da República – Jair Bolsonaro – que imerso em questionamentos mundiais sobre escassa atuação brasileira, frente às questões ambientais, principalmente as queimadas em solo amazônico, retoma tais rumores, instigado pelo discurso do atual líder francês – Emmanuel Macron – ao dizer que o mundo precisa voltar-se para Amazônia, pois ela seria “nosso bem comum”, ressignificando o discurso “a Amazônia era patrimônio da humanidade” de seu antecessor – François Mitterrand (1981 e 1995). Para o presidente brasileiro, a atuação francesa é a ponta do *iceberg* internacional que intenciona questionar a soberania brasileira, em solo amazônico, visando sua internacionalização, utilizando-se de financiamentos internacionais e atuação de ONGs.

De “bem comum”, “patrimônio da humanidade”, a Amazônia também foi considerada, segundo Ocimar Manzi, coordenador no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em entrevista ao portal Terra, equivocadamente, “o pulmão do mundo”, por sua função invertida. Ironicamente, torna-se mais coerente concordar com o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, no artigo intitulado “Amazônia: alvo estratégico do capitalismo” (*site Brasil247*, 2019), ao pontuar que, frente ao dilema amazônico “internacionalização *versus* patriotismo”, só há uma saída – “não internacionalizar a Amazônia: amazonizar o mundo”.

Como buscamos demonstrar, os fatos já apresentados asseveram uma total especialização do termo – Amazônia – concebido ao modo da SC, pela inserção da dimensão linguística num cenário usual, extralinguístico/cultural. Fato que põe em destaque a transnacionalização do território amazônico à luz do que pontua Santos (1998), um lugar sob atuação em redes de forças verticalizadas, por meio de financiamento internacional do grande capital, situado no contexto de uma cultura de mercado global, condicionante de forças horizontais – locais e nacionais – que, segundo o autor, ultrapassa territorialidades e tende a criar movimentos globais de resistência em redes.

A celeuma em torno do território amazônico reflete bem o pensamento do geógrafo, ao expor conflitos entre forças multidirecionais: interesses de líderes mundiais, como o Presidente Bolsonaro, que articulou, em 2019, uma campanha vinculada aos canais midiáticos internacionais, em defesa da soberania brasileira, conforme anúncio do jornal francês *Financial Times*:

Figura 2 – Amazônia pelo Brasil



Fonte: www.veja.abril.com.br/mundo/em-propaganda-oficial-no-externo-governo-erra-grafia-em-ingles/

À guisa do que se pode nomear de título “Amazônia pelo Brasil” já está subentendida a ideia a que se pretende a publicidade – reafirmar a Soberania brasileira – explícita no subtítulo traduzido a este modo: “O Brasil reafirma suas ações de proteção, desenvolvimento sustentável e preservação da Amazônia”. Contudo, há de destacar-se que a reportagem referida é replicada com tom crítico pela revista *Veja*. A situação pode ser percebida ao passo que o destaque da revista é para o equívoco na grafia de uma palavra no texto, conforme a redação da jornalista Marin, em matéria intitulada *Em propaganda oficial no exterior, governo erra grafia em inglês*, site – VEJA/2019: “sovereing”, em vez do correto “sovereign”. Pelo Twitter, o governo postou em seu perfil a mesma peça publicitária com um equívoco adicional – a palavra “sustentável” – surgiu em inglês como “susteainable”, em vez de “sustainable”. A metalinguagem, em questão, evidencia supostas posições midiáticas nacional/internacional, institucionais, sobretudo, dos sujeitos contemporâneos que, condicionados ao agir do outro, tornam seu agir um *habitus* (RODRIGUES, 2017).

Este embate exige uma compreensão ao modo de Bhabha (1998), pois sua complexidade está para além das fronteiras midiáticas – governamentais e capitalistas. Na outra ponta, encontram-se os povos indígenas que, ofuscados em seus direitos humanos, saem em defesa do seu direito à terra e do direito de viver nela; estão ambientalistas; artistas; a juventude, com destaques mundiais, a exemplo da jovem sueca, ativista ambiental, Greta Thunberg, e os movimentos de massa, que juntos formam um movimento cultural antagônico à cultura capitalista global, livre de fronteiras, que poderíamos nomear, no contexto amazônico, de “amazonizar o mundo”. Assemelhando-se ao sugestionado por Bauman (2012), no conceito de cultura genérica, em que as singularidades globais compõem a essência cultural, que deve ser vista sempre como plural e em permanente formação. Visão que se evidencia, em cenário contemporâneo, nas complexas posições: nacional e estrangeiro, constantemente em conflito, como num *continuum*, refletindo o par de lugares “aqui” e “lá” (BHABHA, 1998).

Este movimento de análise permitiu-nos apontar para a necessidade de estabelecer, enfim, um lugar “além” ou um “entre lugar”, uma “nova identidade”, ou um **sentido maior** para a Amazônia, inaugurado no âmbito de uma cultura de apaziguamento, tolerância e acolhimento do diverso, longe dos lugares já institucionalizados pelas sociedades capitalistas globais, dos territórios demarcados/desfragmentados, isto é, um convite a olhar a partir da fronteira, onde tudo acontece – a Amazônia Mundial – floresta em chamas, lugar de conflito, que não faz fronteira com estados brasileiros, com países sul-americanos, mas que se fixa no local da cultura, ponto de mutação (CAPRA, 1982), de conflitos que polarizam a dúvida-mãe do ceticismo: Plana?! Redonda!? A Amazônia terrestre continua sendo semantizada por “povos gentios”.

| Considerações finais

Neste artigo, buscamos construir um contexto de acontecimentos históricos, de representação de mundo(s) e cenários orientados à luz da SC. Com este fim, trilhamos pelos postulados de Bauman (2012) e ensaiamos um percurso pelos três conceitos de cultura: hierárquico – em que há uma cultura superior, que deve ser almejada e buscada por meio da educação, sendo impossível conceber a existência de culturas; o diferencial – impregnado da concepção hierárquica e pautado em bases antropológicas e sociológicas, em que a noção de valores humanos orienta a diferenciação neste conceito, bem observado na modernidade; genérico – busca a coexistência da pluralidade de culturas, em continuidade e constante diálogo, característico do mundo contemporâneo, híbrido e sua fluidez, uma cultura da práxis (RODRIGUES, 2017).

Neste sentido, dialogamos com a perspectiva de Santos (1998), por conceber o território como espaço representativo de tensões e conflitos gerados a partir de interesses político-econômicos locais/nacionais/internacionais, contrastados pela globalização, fenômeno que dilui fronteiras, conduz à transnacionalização de territórios e imprime ao mundo uma cultura de mercado, sob a égide de um poder hegemônico. Sobre tensões e conflitos, gerados pelos embates entre as posições complexas – nacional *versus* estrangeiro – foram-nos enfáticas as palavras de Bhabha (1998), alertando-nos para o surgimento de um lugar fronteiro indicativo do movimento de continuidade/descontinuidade, tendo a linguagem como força emergente.

Esta teia discursiva é abraçada pela SC que iluminou nosso percurso até a análise das peças publicitárias, de modo que pudemos enxergar o caminho percorrido pelo elemento/sinal – Amazônia – de um **sentido menor**, construído numa dimensão estritamente linguística, para um **sentido médio**, inicialmente, com a dimensão linguística inserida no cenário de uso, cujo sentido ainda não totalmente especializado, e posteriormente para um **sentido maior**, totalmente especializado, dimensão de uso extralinguística, contexto cultural global. Cenário em que refletimos sobre as complexas posições nacional/estrangeiro, frente aos interesses políticos globalizados, em que observamos o *continuum* dos acontecimentos históricos inter-relacionados às instâncias sociopolítico-culturais de atuação do homem no mundo.

Esse trajeto tridimensional da especialização dos sentidos permitiu-nos perceber o elemento – Amazônia – enquanto floresta tropical, com todo seu potencial econômico, ambiental e de biodiversidade, característica que o conduz à posição de território transnacionalizado, fragilizador da Soberania Brasileira e dos Direitos Humanos, pela condição de negação do direito à terra, dos povos nativos, de viver nela e decidi-la.

| Referências

Agência IBGE Notícias. *IBGE atualiza Mapa da Amazônia Legal*. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28089-ibge-atualiza-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BAUMAN, Z. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Banco da Amazônia. Nossa história. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/relacoes-com-investidores/sobre-o-banco/nossa-historia>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. *Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966*. Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1966.

CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.

FERRAREZI JR., C. Semântica Cultural. In: FERRAREZI JR., C.; BASSO, R. (org.). *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 71-87.

G1 GLOBO.COM. Projeto polêmico, transamazônica faz 40 anos sem nunca ter sido concluída, 2014. Disponível em: www.g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/02/projeto-polemico-transamazonica-faz-40-anos-sem-nunca-ter-sido-concluida.html. Acesso em: 24 jun. 2022.

IMAZON. A floresta habitada: história da ocupação humana da Amazônia. Belém-Pará. 2015. Disponível em: <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

MAGALHÃES, L. Amazônia Legal. Site: *Toda matéria*, 2015. Disponível em: www.todamateria.com.br/amazonia-legal/. Acesso em: 06 jan. 2020.

MARIN, D. C. Em propaganda oficial no exterior, governo erra grafia em inglês. *Revista Veja Online*, 2019. Disponível em: www.veja.abril.com.br/mundo/em-propaganda-oficial-no-externo-governo-erra-grafia-em-ingles/. Acesso em: 06 jan. 2020.

OLIVEIRA, L. F. de; RODRIGUES, L. P. Cultura e linguagem: da dialética de classes. *Anais XXVII Jornada Internacional, GELNE*: Recife – PE, 2018. v. 1. p. 1-12.

OLIVEIRA, L. F. de; RODRIGUES, L. P. A leitura nas culturas híbridas: ação de linguagem e multimodalidade. In: LENDL, A.; SOUZA, F. M. de. (org.). *Ensino de línguas na contemporaneidade: multimodalidade e tecnologias digitais*. São Paulo: Mentis Abertas, 2019. p. 33-50.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. UNIC / Rio / 005 – 2009.

ORTEGA, J. *Indústria 4.0: entenda o que é a quarta revolução industrial*. Startse, 2019. Disponível em: www.startse.com/noticia/nova-economia/60414/industria-4-0-entenda-o-que-e-quarta-revolucao-industrial. Acesso em: 30 dez. 2019.

OLIVEIRA, P. R. de. *Amazônia: alvo estratégico do capitalismo; é preciso amazonizar o mundo*, 2019. Disponível em: www.brasil247.com/blog/amazonia-alvo-estrategico-do-capitalismo-e-preciso-amazonizar-o-mundo. Acesso em: 06 jan. 2020.

O SUL. *Brasil: A história do interesse estrangeiro na Amazônia*. Online, 2019. Disponível em: www.osul.com.br/a-historia-do-interesse-estrangeiro-na-amazonia/. Acesso em: 06 jan. 2020.

RODRIGUES, L. P. Cultura clássica, cultura vulgar: considerações acerca do ideal de autor, leitor e leitura. *Revista Sociopoética*: Campina Grande: ADUEP, v. 1, n. 3, p. 1-16, 2009.

RODRIGUES, L. P. Por uma linguística da prática. In: ATAÍDE, C. et al. (org.). *GELNE 40 ANOS: experiências teóricas e práticas nas pesquisas em Linguística e Literatura*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 69-89.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (org.). *Território, Globalização e fragmentação*. Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa de Planejamento Urbano e Regional. 4. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

SILVA, D. N. Descobrimento da América. In: *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/descobrimento-da-america.htm>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SCHWAB, K. *A Quarta Revolução Industrial*. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.

Terra. A Floresta Amazônica pode ser considerada o 'pulmão do mundo'? Disponível em: www.terra.com.br/noticias/educacao/voce-sabia/a-floresta-amazonica-pode-ser-considerada-o-pulmao-do-mundo.html. Acesso em: 07 jan. 2020.

Rodovia Transamazônica: início da construção 1970. Vídeo (4 min. 33 segs.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IPZ0h9yJ26M>. Acesso em: 05 jan. 2020.

Como citar este trabalho:

OLIVEIRA, Laécio Fernandes; RODRIGUES, Linduarte Pereira. "Amazônia": entre semantismos da cultura local e da cultura global. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 13-32, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.16755>.